

PF captura empresário por desvio

Almir Matias da Silva é acusado de chefiar organizações sociais envolvidas em crimes com dinheiro da Saúde em Guarujá e Cubatão

DANIEL GOIS

DA REDAÇÃO

O empresário e músico Almir Matias da Silva, investigado pela Polícia Federal (PF) por desvios na Saúde de Guarujá e Cubatão, foi preso ontem de manhã durante a Operação Ar Puro. Ele seria chefe de organizações sociais (OSs) que estariam envolvidas em fraudes na Baixada Santista.

Almir Matias foi detido em casa, na Vila Mascote, em São Paulo, onde também foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Ele foi levado à delegacia da Polícia Federal em Santos, no Centro, e passou por exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal (IML) de Praia Grande.

Segundo a PF, a OS Pró-Vida, uma das que seriam comandadas pelo empresário, teria comprado respiradores ineficazes no tratamento da covid-19 para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Rodoviária, em Guarujá.

A corporação afirma que os respiradores foram adquiridos com dinheiro da União e tinham uso proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5ª Vara Federal Criminal de Santos, decretou a prisão preventiva de Matias.

O empresário e os demais investigados responderão por organização criminosa e crimes contra a saúde pública. Se condenados, a pena pode variar de 11 a 18 anos de prisão e multa.

FRAUDES MILIONÁRIAS

Os inquéritos da PF apontam que Almir Matias é responsável por desviar cerca de R\$ 125 milhões



Matias foi detido ontem em São Paulo e levado para a Delegacia da Polícia Federal, no Centro de Santos

ALEXANDER FERROZ

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



Empresário teria comprado respiradores proibidos pela Anvisa

dos cofres públicos, por intermédio de três organizações sociais. Do total, R\$ 109.492.338,04 teriam sido desviados pela OS Pró-Vida, atuante em Guarujá. Outros R\$ 12.611.890,67, pela OS Revolução, contratada para prestar serviços em Cubatão e na cidade de Caçapava, no Vale do Paraíba (SP).

Os demais R\$ 2,794 milhões estariam ligados à OS Instituto Medicina Especializado em Gestão e Assistência à Saúde (Imegas), contratada sem licitação para gerir a UPA Jardim Casqueiro, em Cubatão, em 2017.

A investigação relacionada à Pró-Vida resultou na prisão do prefeito de Guarujá, Válder Suman (PSDB), em setembro do ano passado, no afastamento dele em março deste ano e, agora, na prisão de Almir Matias.

MONTANTE
125
milhões

de reais, aproximadamente, teriam sido desviados dos cofres públicos por meio de três organizações

já, Válder Suman (PSDB), em setembro do ano passado, no afastamento dele em março deste ano e, agora, na prisão de Almir Matias.

No caso da Imegas, houve busca e apreensão na Prefeitura de Cubatão, na residência do prefeito Ade-

mário Oliveira (PSDB) e na casa de Almir Matias. A PF chegou a solicitar bloqueio de bens deles e da ex-secretária de Saúde de Cubatão, Sandra Lucia Furquim de Campos, mas o pedido foi negado.

Ainda conforme a PF, o dinheiro desviado por Almir Matias seria usado para financiar sua carreira como cantor.

RESPOSTAS

Em contato com *A Tribuna*, o advogado de Almir, José Eduardo dos Santos, confirmou que o empresário foi preso na casa onde morava, em São Paulo.

"Foi decretada a prisão preventiva dele em face de um inquérito policial que

Guarujá

>>>A Prefeitura de Guarujá disse, em nota, que os respiradores irregulares comprados pela Pró-Vida não foram usados em pacientes. "O Município de Guarujá comunicou o fato à Polícia Civil, que abriu procedimento de apuração, custodiando e periciando os aparelhos". A Administração disse que investigou as irregularidades cometidas pela OS e a desqualificou em 9 de julho do ano passado. Citou que a Pró-Vida administrava a UPA Matheus Santamaría (Rodoviária) e 15 unidades de Saúde da Família (Usafas). Também ingressou com ação civil pública contra a OS Pró-Vida, com mais de 35 mil páginas, pedindo o ressarcimento de R\$ 105 milhões enviados à entidade pelo Município. A ação tramita na Justiça desde julho do ano passado.

Cubatão

>>>A Prefeitura declarou que o Município e o prefeito Ademário Oliveira (PSDB) não são investigados pela Operação Ar Puro. Em relação à Operação Rio da Serra, na qual mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Paço Municipal, a Administração diz que "não houve coleta de documentos no prédio da Prefeitura e nem na diligência realizada na residência do prefeito". "Sobre a investigação Rio da Serra, a Prefeitura realinha que a contratação em caráter emergencial está prevista na Lei de Licitações, configurando(-se) como 'dispensa de licitação' e é aplicável em situações de emergência. O Governo Municipal continua à disposição das autoridades e de toda a sociedade para dirimir eventuais dúvidas."

investiga a compra de respiradores na cidade de Guarujá. No decorrer da apuração do inquérito e na possi-

vel instrução processual, serão apresentados os elementos da defesa", declarou o advogado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 6